

A casa fechada

Ivo Castro

Nem sempre se valoriza suficientemente a importância que uma biblioteca pode ter para a qualidade, e até para a natureza, da investigação científica provocada pelas espécies bibliográficas nela guardadas. Não sou dos que defendem para os bibliotecários, cuja profissão é exigente e vive em estado de modernização contínua, por vezes implacável, uma vocação suplementar como produtores científicos, chamando a si funções activas que essencialmente são mais próprias de investigadores. Mas é crucial que o pessoal das bibliotecas tenha uma percepção actualizada das necessidades disciplinares dos investigadores, especialmente a nível logístico. É nessa perspectiva que uma biblioteca capaz de compreender e ajudar a satisfazer as necessidades criadas por novas maneiras de captar e tratar os dados – uma biblioteca aberta à investigação e à invenção, que tantas vezes andam associadas – pode dar um contributo decisivo para o avanço da ciência. Uma casa aberta favorece a descoberta.

Mais concretamente, actividades científicas rotineiras como a recensão dos testemunhos de um texto – por tal se entendendo a busca, a localização e a identificação de cada um desses testemunhos, seguidas pela sua leitura, que pode carecer de meios de apoio visuais – podem ser coroadas de êxito ou extremamente dificultadas conforme as características da biblioteca, seus catálogos e o tipo de acesso à leitura especializada que ela permite. Isto, que é requisito inalienável numa biblioteca pública, pode também estar presente em outros tipos mais privados de bibliotecas ou arquivos. Rapidamente, passemos em revista estes tipos.

1. O primeiro consiste no arquivo pessoal do escritor, que este vai constituindo com os seus produtos textuais e legará como espólio

¹ “Cogis me calamo manuque nostra / emendare meos, Pudens, libellos. / O quam me nimium probas amasque / qui vis archetypas habere nugas!”. MARCIAL. Epigrama VII, xi. In: _____. *Epigrams*: book 9. Editado por W.C.A. Ker. Londres: Heinemann, 1961. (Loeb Classical Library).

a herdeiros, familiares ou não, os quais pelo espaço de três gerações o administrarão como um conjunto de bens tanto intelectuais quanto fiduciários. Uns disseminam as peças do espólio, como as filhas de Eça que, segundo se diz, ofereciam às visitas manuscritos “do papá”; outros doam o espólio a uma biblioteca pública, com indicação de como deve ser publicado (caso do legado de Virgílio Ferreira à Biblioteca Nacional de Portugal); outros vendem o espólio (o infelicíssimo caso de Pessoa, de que adiante me ocuparei); outros destinam-no a uma casa-museu, onde autógrafos confraternizam com cachimbos na função diminuída de memorandos da figura do escritor. Datam os mais antigos arquivos do século XVIII, quando o autor começou a adquirir peso, contornos éticos e os direitos que modernamente associamos à sua figura.

O segundo tipo é a coleção privada de peças, que o colecionador reúne segundo um critério temático ou autoral. É muito antiga esta modalidade. Marcial fez troça do amigo Aulus Pudens, que insistia para que ele corrigisse pela própria mão os seus poemas: “tão exageradamente aprecias a minha obra que queres possuir ninharias, desde que estejam autografadas!”.¹ É a estes colecionadores, não já romanos, mas do Renascimento em diante, que devemos os poucos autógrafos literários não-modernos que chegaram até nós: abundam os italianos, a partir de Petrarca e Boccaccio, mas escasseiam os franceses; em Portugal, temos um fragmento de Sá de Miranda, nada de Camões, mas bastantes autógrafos do seu Salieri, Andrade Caminha. Tratados como peça valiosa e transaccionável, desaparecem e reaparecem em lugares surpreendentes: quem esperaria que o palácio da Ajuda, em Lisboa, albergasse o autógrafo de uma canção de Mozart, vindo possivelmente das coleções de d. Fernando II? Por vezes, é a coleção inteira que muda de poiso: a grande biblioteca medieval dos reis de Aragão, onde estavam os manuscritos do nosso d. Duarte, foi transportada para Nápoles, onde Francisco I a saqueou durante a campanha de Itália e a levou para Blois, de onde passou a Fontainebleau e finalmente a Paris, integrada na Bibliothèque du Roi. Noutras guerras, foi a biblioteca

humanista de um bispo de Faro, no sul de Portugal, que o conde de Essex, voltando de mãos vazias de um assalto frustrado a Sevilha, levou consigo para Inglaterra e acabou por confiar em penhor de dívidas a Thomas Bodley, que em torno dela fundou, e ofereceu à universidade de Oxford, a biblioteca que imortalizou o seu nome.

Um misto dos dois tipos de colecção aparece praticado por grandes figuras do romantismo, a começar pelo exemplo de Goethe, que se distinguiu de modo igual como colecionador e como arquivista de si mesmo. Rodeou-se de manuscritos de “personalidades excelentes”, preferindo a “magia da sua escrita” às miniaturas que as retratavam. E foi ele o escritor que, pela primeira vez, tomou a iniciativa de organizar o próprio espólio literário, com vista a utilização futura pelo mundo científico. Cinquenta anos após a sua morte, o espólio foi oferecido à grã-duquesa Sofia de Saxe-Weimar, que logo tomou duas medidas de profundo alcance: criou em 1885 o Goethe und Schiller-Archiv e ordenou uma célebre edição das obras de Goethe, a *Sophien-Ausgabe*, de que saíram 143 volumes até ao final da Primeira Guerra (GRÉSILLON, 1994, p. 82-83). Estava assim criado o modelo binário que associa o espólio público de um escritor à publicação sistematizada das suas obras. Quase ao mesmo tempo, em França, Victor Hugo tinha um gesto de rasgado republicanismo, digno de quem iniciara a carreira enfiando um barrete frígio no velho dicionário: no seu testamento de 1881 legou todos os manuscritos “e tudo o que vier a ser encontrado escrito ou desenhado” pela sua mão à Biblioteca Nacional de Paris, “que será um dia a Biblioteca dos Estados Unidos da Europa”. Os efeitos desses gestos não se fizeram esperar: a viúva de Zola legou os seus manuscritos à Nacional em 1904, a sobrinha de Flaubert distribuiu os seus por várias bibliotecas em 1914,² os filhos de Valéry aliviaram-se dos *Cahiers* na Nacional em 1972; Roger Martin du Gard ofereceu-se em 1958 (CALLU, 1988, p. 49; GRÉSILLON, 1994, p. 85). E assim por diante.

As bibliotecas públicas, ponto final da deambulação desses manuscritos e colecções, são o terceiro tipo que podemos identificar.

² Biblioteca Municipal de Rouen (*Madame Bovary e Bouvard et Pécuchet*), Nacional de Paris (*Salammbô, La tentation de Saint Antoine, Trois contes*), Biblioteca Histórica da Cidade de Paris (cadernos de trabalho e viagem) e Instituto de França (correspondência). (GRÉSILLON, Almuth. *Éléments de critique génétique*, p.111).

Dada a complexidade da estrutura interna e das funções das bibliotecas de hoje, que possuem depósitos e utilizadores de mais variada natureza, importa especificar que, a partir daqui, falarei apenas de uma espécie – o manuscrito moderno ou, como será preferível chamar-lhe, o autógrafo literário – e do seu utilizador natural, o filólogo.

2. Objecto coleccionável desde muito cedo, como vimos, o autógrafo transcendeu os limites do gabinete de curiosidades na segunda metade do século XIX. O interesse do público por manuscritos contemporâneos é, assim, um fenómeno relativamente recente, a que as bibliotecas públicas não parecem ter aderido de imediato. Quem o afirma é Florence Callu, antiga directora do departamento de manuscritos da Nacional de Paris (CALLU, 1988, p. 49). É certo que o legado de Hugo e dos que se lhe seguiram atenuaram as reservas de instituições que se sentiam mais vocacionadas para albergar o antigo; a pouco e pouco, o acolhimento das ofertas de autores, familiares e coleccionadores converteu-se numa fonte de enriquecimento das bibliotecas em material textual contemporâneo. Mas sempre, sublinhe-se, a título de doação. Foi apenas em 1945 que a Nacional de Paris adquiriu por compra o seu primeiro autógrafo moderno, um ensaio de Romain Rolland, a que se seguiu a aquisição de manuscritos de Max Jacob e dos surrealistas e, em 1962, a do grande espólio de Marcel Proust (CALLU, 1988, p. 50).

Dos três tipos que vimos (espólio, colecção, biblioteca), este último é inegavelmente o mais atractivo para a ciência. Como o Estado recebe e compra bens, mas não os aliena facilmente, a biblioteca pública oferece uma promessa de permanência estável e duradoura das espécies, sem a qual não seria prudente elaborar projectos de pesquisa e edição de longo prazo. Além disso, a biblioteca, dependendo da sua dimensão, pode dispor de meios de conservação, tratamento, classificação e observação das espécies que auxiliam enormemente o estudo e o conhecimento. Como a biblioteca é pública, tem o dever de facultar o acesso das espécies aos leitores e investigadores, que

deverão exibir credenciais, mas que não precisam dos dotes sociais ou diplomáticos sem os quais não ganhariam acesso a colecções privadas. Entre as paredes de uma biblioteca, não só cessa o risco de dispersão futura das colecções (salvo caso de roubo ou catástrofe), como o valor cultural de cada peça é incrementado pela companhia de outras que, porventura, nunca tinham estado na sua contiguidade física, mas haviam estabelecido com ela relações telepáticas de complementaridade, conhecidas ou a descobrir.

Compreende-se, assim, a migração convergente para as grandes bibliotecas dos autógrafos que a literatura dos séculos XIX e XX produziu em suporte de papel. Esquecerei, para bem do fio que vou seguindo, a moderna produção de escrita exclusivamente em suporte digital, porque as suas características, condições de existência e possibilidades de tratamento científico pertencem a outro continente.

Também em Portugal se registou o mesmo fenómeno migratório, que atingiu os seus efeitos mais espectaculares no Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, criado na Biblioteca Nacional, em Lisboa, em 1992 e albergando hoje quase 140 espólios literários, muitos deles obtidos por doação ou depósito. Mas o movimento é mais antigo e foi inicialmente induzido por uma série de aquisições de relevo: um núcleo pioneiro de manuscritos de Eça de Queiroz (1975) e a maior parte do espólio de Pessoa (1979, com a adição em 1990 do manuscrito principal do *Guardador de rebanhos* e do original de imprensa da *Mensagem*).³ Dado assim o exemplo, o fluxo de doações tem-se sucedido a tal ritmo e com tal aparência de facilidade que nem sempre se faz a devida justiça aos infinitos cuidados dos responsáveis que o captam e canalizam.

3. Um facto singular ocorreu em 1977. Louis Aragon reuniu os seus manuscritos, assim como os de Elsa Triolet, e fez deles doação não a uma biblioteca ou arquivo, mas a uma unidade de investigação francesa, o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), em cuja estrutura havia sido criado, em Paris, um instituto vocacionado exactamente para o estudo dos autógrafos literários: o Institut

³ Para a história do ACPC, ver *As mãos da escrita*, 2007, e especialmente o texto de António Braz de Oliveira, grande obreiro do arquivo (“A escrita do ACPC: recortes de memória recente”, p. 29-49).

des Textes et Manuscrits Modernes (Item). Deste modo, Aragon confiava directamente os manuscritos do casal aos cientistas que os estudariam como espaço vivo do percurso criativo da obra. A sua intenção era *“mettre à la portée de ceux qu'on appelle les chercheurs, non seulement l'écrit figé par la publication, mais le texte en devenir, saisi pendant le temps de l'écriture, avec ses ratures comme ses repentirs, miroir des hésitations de l'écrivain comme des manières de rêverie que révèlent les achoppements du texte”* (apud GRÉSILLON, 1994, p. 87).

Isso mostra que Aragon compreendeu o que havia escapado a Marcial: um manuscrito que exhibe as marcas físicas da sua génese é mais eloquente do que o texto final proposto ao leitor, pois narra ao mesmo tempo a via sinuosa da sua escrita e deixa entrever muitas outras coisas: os textos que poderiam ter sido finalizados no lugar daquele; as intervenções dos primeiros leitores, que determinam re-fundições, amplificações ou censuras introduzidas no texto enquanto a massa ainda está mole; as claudicações do autor, advertidas e disfarçadas, ou não; as dobras de papel, os borrões e manchas que sugerem o cenário em que a escrita decorreu ou o uso e trânsito que o suporte posteriormente experimentou, e assim por diante.

Também no Brasil, a Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, e o Instituto de Estudos Brasileiros, da Universidade de São Paulo, albergam espólios de grandes escritores e promovem o seu estudo em bases arquivísticas, manuscriptológicas e genéticas, seguindo o modelo iniciado por Aragon ao excluir as bibliotecas do circuito entre estudioso e objecto estudado. Em Espanha os manuscritos de Federico García Lorca são propriedade de uma fundação, integrada no Consejo Superior de Investigaciones Científicas desde 1986 (PAEPE, 1992). Não tenho, todavia, a certeza de que aí seja exercida uma actividade de crítica genética de tipo semelhante à do Item. Em Portugal também há espólios depositados em instituições científicas: os manuscritos de Leite de Vasconcelos estão na Faculdade de Letras de Lisboa e a sua correspondência epistolar no Museu Nacional de Arqueologia, mas não conheço casos como estes, em que a migração de manuscritos contornou a biblioteca e foi directamente para o la-

boratório do geneticista, nem estou seguro de que seja esse o modelo mais favorável à preservação e à segurança das espécies. De longe, acho preferível que as funções patrimoniais caibam a bibliotecas e as de investigação a centros instituídos, articulando-se entre umas e outros uma colaboração que convém ser convencionada de modo estável e reconhecido.

O Item nasceu de uma pequena equipa criada em 1968 pelo CNRS para catalogar os manuscritos de Heinrich Heine, pouco antes adquiridos pela Biblioteca Nacional de Paris. O que fez que este projecto, aparentemente da alçada de bibliotecários, fosse confiado a filólogos de formação germânica foi o facto de ninguém na biblioteca saber decifrar a minúscula gótica de Heine. A equipa fez isso e muito mais, pois descobriu, ao explorar sistematicamente manuscritos de proveniência única, os contornos de um novo objecto de estudo, que veio a desembocar na criação da crítica genética. Esse objecto novo não é mais o manuscrito individualizado, lido e analisado como peça carregada de significado próprio e bastante, mas a totalidade, presente ou conjecturável, dos suportes que testemunham as fases sucessivas da criação de determinado texto. A natureza plural deste objecto tem consequências sobre a leitura, a que voltarei adiante.

A política de aquisições da Biblioteca Nacional de Paris levou à formação de equipas dedicadas aos manuscritos de Proust, Zola, Flaubert, Valéry, Baudelaire, Joyce e Sartre, e ao crescimento do Item, que tem hoje o nível correspondente a um laboratório do Estado. A natureza das suas actividades principais levou ao estabelecimento em 1977 de um contrato entre o CNRS e a Nacional, regulando a colaboração entre as duas instituições e atribuindo às equipas instalações próprias dentro da biblioteca, em aplicação do princípio de que “é vital não separar a conservação do património da investigação viva” (ITEM, 1989-1993, p. 15).

Essa experiência, traduzida para português, esteve na origem de um protocolo assinado em 1988 entre a Biblioteca Nacional de Lisboa e a Equipa Pessoa, que durante cerca de 12 anos dispôs de uma

sala de trabalho na vizinhança do espólio do poeta. À medida que a equipa terminava o seu programa de edição da obra poética, com a conclusão do catálogo e das descrições materiais dos manuscritos, estando resolvidos os problemas de antetexto, deixou de se justificar a sua residência na BN, pelo que regressou à universidade de onde era oriunda. Durante algum tempo, até cerca de 2007, outras equipas de pesquisadores de espólios dispuseram de facilidades de acesso semelhantes a estas na Biblioteca Nacional.

Merece ser reforçada a mensagem fundamental de Aragon: certos documentos, se fossem dados à leitura estudiosa apenas nas condições consideradas normais pelos bibliotecários, não diriam tudo o que têm para dizer. Isso é verdade não apenas para os documentos que interessam a análises de genética textual, mas igualmente para documentos que interessam outras disciplinas, como a codicologia, que estuda o livro manuscrito, ou a bibliografia material, que estuda o livro antigo; disciplinas que não conseguem cumprir os seus objectivos se não contarem com a colaboração da instituição que detém a guarda dos documentos. Mau é que uma disciplina não possua instrumentos adequados, do ponto de vista metodológico e técnico, para extrair a informação por vezes sonogada por documentos taciturnos. Pior é esses instrumentos existirem, mas os documentos não serem acessíveis de modo franqueado.

4. Em que consiste a especificidade dos requisitos de leitura de um geneticista? Esteja ou não interessado em culminar o seu trabalho com uma edição do texto (como se sabe, a crítica genética, na sua corrente dominante, não se apresenta como variante da crítica textual teleologicamente apontada à edição crítica, mas como uma ciência experimental que observa o traçado da mão no papel para tirar conclusões de ordem semântico-pragmáticas, extrapoláveis para o cultural, exactamente como o neurologista extrai as suas informações do exame de um encefalograma), o geneticista tem de começar por re-censurar e estruturar as peças que constituem o antetexto. Na prática, isto faz-se através da construção do *dossier genético* do texto, que é

o conjunto de todos os testemunhos genéticos conservados de uma obra ou de um projecto de escrita, classificados em função da cronologia das suas etapas sucessivas (GRÉ-SILLON, 1994, p. 242).

Um exemplo sugestivo de dossier pode ser apreciado no *site* da Biblioteca Nacional de Portugal dedicado a Alberto Caeiro (<http://purl.pt/1000/1/index.html>): desde 2006, a totalidade das peças que constituem o *dossier* do *Guardador de rebanhos* pode ser consultada em linha, através do fac-símile e de transcrições, com explicitação do relacionamento genético entre as peças.

São passos normais da construção de um *dossier genético*:

a) a localização das peças conservadas, sendo ideal que todas pertençam à mesma biblioteca e possam assim comparecer a um exame conjunto; todos os actos requeridos inserem-se no conceito filológico de *recensão*;

b) o exame físico directo de cada peça (sem recurso a reproduções), para saber como foi produzida, se em um único, se em vários momentos de escrita, e neste caso qual o número das camadas de escrita e a ordem por que se acumularam; as exigências desta abordagem são comuns ao exame de tipo codicológico, que só fica completo, no caso de manuscritos com correcções, quando se chegar a uma dissecação estratigráfica das sucessivas campanhas de escrita e reescrita;

c) a decifração do texto contido em cada peça, actividade que nos casos de maior dificuldade precisa de ser feita em equipa, logo em locais mais reservados que uma sala de leitura;

d) a comparação entre as peças, para depreender as suas constantes e variantes, não só textuais como materiais, e conhecer o seu relacionamento genealógico, com particular atenção à prova de eventuais descendências directas; nos rascunhos de alguns poemas do *Guardador de rebanhos*, encontram-se traços oblíquos que significam que o texto foi copiado para outra fonte; como a tinta desses

traços coincide sempre com a tinta que escreveu os mesmos poemas no manuscrito principal do ciclo, prova-se que este foi cópia directa daqueles rascunhos, sem qualquer outro manuscrito interposto; esta operação tem afinidades de método com a *colação* e a *estemática* da filologia tradicional, mas ficam por aí as semelhanças;

e) interpretação de irregularidades encontradas, p. ex. lacunas resultantes de peças omissas; no *dossier* de *The mad fiddler* figuram várias cópias correspondentes a fases crescentes do ciclo de poemas, mas nenhuma delas corresponde, pelo número e disposição dos poemas, à tradução que José Blanc de Portugal publicou em 1988 com o título *O louco rabequista*. Intuiu-se assim a existência de mais uma versão do livro, felizmente intermediária e sem reflexos sobre o estado final, a qual muito recentemente se verificou estar em poder da família de Pessoa;

f) a conferência global do *dossier* é uma operação fundamental, que consiste na disposição em simultâneo de todas as peças que o constituem, o que se faz com facilidade quando os materiais pertencem à mesma biblioteca; podem assim dispor-se lado a lado o duplicado da carta dactilografada sobre a génese dos heterónimos que, com emendas manuscritas, ficou no espólio de Pessoa, com o seu próprio original, enviado a Adolfo Casais Monteiro e integrado no espólio deste escritor, desde 1986 na Biblioteca Nacional.

5. O ambiente criado nesta biblioteca durante os anos em que surgiu e se desenvolveu a política de aquisição, tratamento e disponibilização de espólios de que o Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea é um brilhante resultado, permitiu que a Biblioteca Nacional fosse, em Portugal, o local onde mais proveitosamente se desenvolveram os estudos de filologia genética, com resultados que são conhecidos. Embora tenha tido em minha casa durante dois anos (1979-80) o manuscrito do *Guardador de rebanhos*, enquanto preparava a sua edição fac-similada (CASTRO, 1986), e tivesse ensaiado nele análises genéticas sugeridas mais pelo objecto do que por um método então ainda pouco divulgado, a verdade é que só

quando o espólio de Pessoa foi posto em leitura pública e lhe foram adicionadas aquisições como a deste manuscrito, só então a chispa chispou.

Comparada com a dispersão esquizóide dos manuscritos de Rousseau (espalhados por Paris, Gênève e Neuchâtel) ou de Flaubert, é uma felicidade encontrar sob o mesmo tecto o espólio completo de um escritor e, mesmo ao lado dele, os espólios dos seus contemporâneos, com documentos de correspondência, polémica e referência mútua que uma consulta cruzada traz à evidência e aproveita de modo optimizado. Como certas espécies botânicas, os autógrafos literários florescem e frutificam melhor na companhia de outros autógrafos. Em grupo, revelam mais do que cada um deles se disporia a dar a ler se permanecesse solitário.

Os rascunhos do *Guardador* e a cópia caligráfica que os reuniu, mas depois modificou com numerosas emendas, provam que os poemas de Caeiro não nasceram de uma inspiração súbita, limpos e acabados como o autor afirmava. Não precisam de ser explicadas as consequências que teve, para a reinterpretação do “dia triunfal”, a simples justaposição destes manuscritos, dispostos ao mesmo tempo sobre uma mesa de trabalho.

6. A actualidade impõe inserir aqui algumas palavras sobre o caso do espólio de Pessoa. Julgava-se que a recensão pessoana estava, em larga medida, resolvida pelo espólio da Biblioteca Nacional, rico de mais de 27.000 peças e complementado pela biblioteca pessoal do poeta, guardada na Casa Fernando Pessoa, em Lisboa (cerca de 2.000 livros, muitos deles anotados); o carácter completo, ou quase, dos dois conjuntos era apontado como um dos pontos de excelência do caso pessoano no panorama mundial dos espólios de manuscritos literários. Afinal, tratava-se de um mito: a existência de um segundo espólio de cerca de 2.000 peças, guardado pela família do poeta e omitido por um inventário que se julgava exaustivo, relativiza a dimensão e a utilidade do espólio público e torna necessário rever algumas edições nele baseadas. Quando, em 1979, o Estado

português adquiriu “o espólio de Fernando Pessoa”, constituído por “383 envelopes, que continham os papéis do Poeta” (SANTOS et al., 1998, p. 210; *itálicos meus*), a impressão das inventariadoras era de que o Estado se tornara proprietário de todo o espólio, ressalvada uma ou outra peça dispersa. Impressão errada, como se verificou. O arrolamento que precedeu o inventário, por ser universal e indiscriminado, abrangia a totalidade das peças do espólio, mas dessas nem todas foram presentes a inventário, como deveriam, nem foram adquiridas pelo Estado, como deveriam. Agora, estão a ser vendidas em sucessivos leilões por herdeiros de Fernando Pessoa. Essa comercialização, que o Estado português não atalhou, ainda que informado com bastante antecedência, ameaça dispersar os testemunhos e dificultar o futuro trabalho da sua colação.

Alguns desses testemunhos alteram a base documental em que assentaram as edições críticas já realizadas. João Dionísio, quando fez a edição dos poemas de Alexander Search, gostaria de ter conhecido um caderno recentemente adquirido pela BN aos herdeiros, onde há elementos importantes para reconstituir a génese desse heterónimo (DIONÍSIO, 1997, 2008). Quando Marcus Angioni fez a edição de *The mad fiddler* (ANGIONI, 1999), intuiu a existência de uma versão intermédia desse ciclo de poemas, correspondente à tradução de José Blanc de Portugal, mas que não aparecia no espólio; sabe-se agora onde tem estado. Mas, como nem tudo são desgraças, o exemplar pessoal da *Athena*, n.º 5, com anotações manuscritas, surgiu a tempo de poder incluir algumas variantes inovadoras na minha edição de Alberto Caeiro.

7. Este episódio pessoano é conjuntural, embora não seja único, nem irrepetível. Ele mostra como a completude ideal dos espólios depende menos das bibliotecas e das autoridades que da vontade dos autores ou de herdeiros conscienciosos. As maiores preocupações apontam em outras direcções. Estarão garantidas por parte das bibliotecas as condições para que estudos de génética semelhantes

aos já realizados continuem a surgir, segundo o mesmo modelo ou com novos modelos temperados pela experiência?

Duas respostas é habitual serem dadas a preocupações como essa. Uns pensam que o apego ao manuscrito é um vício de colecionador que roça o fetichismo ou uma hipervalorização de valores simbólicos, um capricho que qualquer boa reprodução digital do manuscrito basta para sossegar. Outros pensam que pouco importa o lugar onde o manuscrito esteja guardado e quem o possua, pois basta uma boa reprodução digital para o substituir com vantagem. Há alguma verdade no meio deste vício de raciocínio: de facto, o manuscrito não poderia ser submetido às experimentações de luz, cor e contraste a que a fotografia digital se presta. Mais ainda, esta presta-se a ser consultada à distância, com economia para serviços e utilizador; é fácil de armazenar e de tratar tipograficamente ou em ambientes hipertextuais. A grande maioria dos leitores, com as suas variadas necessidades de consulta, pode satisfazer-se com a leitura *on-line* de espécies digitalmente reproduzidas.

Não se pode inferir destas vantagens, contudo, que assim ficam resolvidas as obrigações de uma biblioteca. A par do serviço corrente da leitura geral, uma biblioteca existe para satisfazer as necessidades de leituras especiais, entre as quais avultam a leitura filológica e a análise pericial, que não são exequíveis sobre fotografias. Mais: uma biblioteca e o Estado que a governa têm o dever de prover as necessidades de desenvolvimento da ciência, sendo esta ciência quem melhor sabe identificar as necessidades e definir os modos de providência adequados.

Uma dessas necessidades é o velho e incontornável exame material do documento, que não dispõe de toda a eternidade para ser feito: o físico frágil do papel escrito perderá, mais tarde ou mais cedo, os traçados do lápis, depois os da tinta, e por fim juntar-se-á à poeira que a todos nos espera.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGIONI, Marcus (Ed.); PESSOA, Fernando. *Poemas ingleses*: v. 5: t. 3: the mad fiddler. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- CALLU, Florence. Le manuscrit contemporain dans les collections publiques, acquisition et traitement des documents. In: NICOLAS, Alain. *Les autographes*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1988. p. 49-58.
- CASTRO, Ivo (Ed.); PESSOA, Fernando. *O manuscrito de O guardador de rebanhos de Alberto Caeiro*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.
- DIONÍSIO, João. Before Alexander Search: a report on a notebook, *Portuguese Studies*, Londres: Modern Humanities Research Association, v. 24, n. 2, p. 115-127, set. 2008.
- DIONÍSIO, João (Ed.); PESSOA, Fernando. *Poemas ingleses*: v. 5: t. 2: poemas de Alexander Search. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- DUARTE, Luis Fagundes; OLIVEIRA, Antonio Braz de (Org.). *As mãos da escrita*. Lisboa: BNP, 2007.
- GRÉSILLON, Almuth. *Éléments de critique génétique*. Paris: PUF, 1994.
- ITEM. *Rapport scientifique 1989-1993*. Paris, 1989-1993.
- MARCIAL. Epigrama VII. In: _____. *Epigrams*: book 9. Editado por W.C.A. Ker. Londres: Heinemann, 1961. (Loeb Classical Library).
- PAEPE, Christian de. *Catálogo general de los fondos documentales de la Fundación Federico García Lorca*. Madrid: CSIC, 1992. v. 1.
- SANTOS, Maria Laura Nobre et al. A inventariação do espólio de Fernando Pessoa: tentativa de reconstituição. *Revista da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, série 2, v. 3, n. 3, p. 199-213, 1988.